

	<b>Editorial 6, 2013/01</b> [3-4] Editorial 6, 2013/01 [5-6]
<b>Entrevista</b> Interview	<b>Entrevista com Fernando Henrique Cardoso</b> [7-21] Interview with Fernando Henrique Cardoso [22-36] <b>Pedro Luiz Lima</b>
<b>Dossiê Cultura e Política, organizado por Bruno Carvalho</b>  Culture and Politics dossier, organized by Bruno Carvalho	<b>Introdução</b> [37-40] Introduction [41-43] <b>Bruno Carvalho</b>  <b>A interface entre raça e identidade nacional no Brasil e na África do Sul</b> [44-60] The interface of Race and National Identity in Brazil and South Africa [61-76] <b>Graziella Moraes</b>  <b>De Gramsci à Teoria das posses essenciais: política, cultura e hegemonia em “os 45 cavaleiros húngaros”</b> [77-101] From Gramsci to the theory of essential possessions: politics, culture and hegemony in the ‘The Hungarian Knights’ [102-125] <b>Raquel Kritsch</b>  <b>Limites da Política e esvaziamento dos conflitos: o jornalismo como gestor de consensos</b> [126-143] The limits of politics and the deflation of conflicts: journalism as a manager of consensus [144-161] <b>Flávia Biroli</b>
<b>Artigos</b> Articles	<b>As implicações de ressentimentos acumulados e memórias de violência política para a descentralização administrativa em Moçambique</b> [162-180] The implications of accumulated grievances and memories of political violence to the administrative decentralization in Mozambique [181-199] <b>Victor Igreja</b>  <b>O triângulo Irã-Israel-Azerbaijão: implicações para a segurança regional</b> [200-214] The Iran-Israel-Azerbaijan triangle: implications on regional security [215-228] <b>Maya Ehrmann, Josef Kraus e Emil Souleimanov</b>  <b>O retorno do conflito: a democracia republicana</b> [229-244] The return of conflict: republican democracy [245-260] <b>Maria Aparecida Abreu</b>

---

**Artigos**

Articles

---

**A Economia política da década bolivariana: instituições, sociedade e desempenho dos governos em Bolívia, Equador e Venezuela (1999-2008) [261-277]**

The political economy of the bolivarian decade: institutions, society and government performance in Bolivia, Ecuador and Venezuela (1999-2008) [278-293]

Dawisson Belém Lopes

---

**Dois liberalismos na UDN: Afonso Arinos e Lacerda entre o consenso e o conflito [294-311]**

Two types of liberalism in the National Democratic Union (UDN): Afonso Arinos and Lacerda between consensus and conflict [312-329]

Jorge Chaloub

---

**Isebianas**

Isebianas

---

**Projeto, democracia e nacionalismo em Álvaro Vieira Pinto: Comentários sobre “Ideologia e desenvolvimento nacional” [330-336]**

Project, democracy and nationalism in Álvaro Vieira Pinto: Comments on “Ideologia e Desenvolvimento Nacional” [*Ideology and National Development*] [337-344]

João Marcelo Ehlert Maia

---

**Edição facsimilar de Ideologia e Desenvolvimento Nacional [facsimile]**

Alvaro Vieira Pinto

---

**Pesquisa e projeto**

Research and research project

---

**Breve roteiro para redação de um projeto de pesquisa [345-353]**  
Brief guidelines for drafting a research project [354-362]

Jairo Nicolau

---

## Dois liberalismos na união democrática nacional: Afonso Arinos e Lacerda entre o consenso e o conflito

Jorge Chaloub

### Jorge Chaloub

é doutorando em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: jchaloub@yahoo.com.br

### Resumo

O liberalismo udenista não se restringiu à atuação parlamentar ou executiva, mas construiu um amplo conjunto de reflexões sobre o Brasil. Pode-se, deste modo, falar na existência de certo udenismo, enquanto determinado estilo da tradição liberal brasileira. O presente trabalho almeja estabelecer algumas distinções internas a esse ideário, a partir da determinação de dois estilos, profundamente identificados a duas figuras de grande relevância no contexto da época: Afonso Arinos de Melo Franco e Carlos Lacerda. A diferença apoia-se em dois vetores: a percepção sobre o conflito e o papel atribuído às elites ante o embate político. Haveria, deste modo, um udenismo pedagógico, que julga negativamente o conflito e atribui às elites o papel de mediá-lo. Seu maior expoente é Afonso Arinos. Outro estilo udenista, o conflitivo, insere as elites no enfrentamento político, toma o confronto com o inimigo como essência do embate político, em formulação que tem em Carlos Lacerda seu principal representante.

### Palavras-chave

UDN, liberalismo, Afonso Arinos, Carlos Lacerda.

### Abstract

The UDN's liberalism wasn't restricted to the parliament or the government places. It has built a meaningful political thought about the country's perspectives. It is possible, in that sense, imagine the existence of a *udenism*, as a certain style of the Brazilian liberal tradition. The present text wishes to establish some internal distinctions in that tradition, based on the definition of two styles, deeply identified to two great personalities of the time: Afonso Arinos de Melo Franco e Carlos Lacerda. The difference is based in two points: the ideas about the conflict and the role of the elites in the political dispute. There is, in that sense, one *pedagogic udenismo*, which criticizes the conflict and argues that the elites must avoid it. Afonso Arinos is its main thinker. Other udenist style, the *conflictive* one, insert the elites in the political battle, take the conflict with the enemy as the main core of the political dispute, in reflection mainly represented by Carlos Lacerda.

### Keywords

UDN, liberalism, Afonso Arinos, Carlos Lacerda.

“Há duas espécies de movimento em política: um, de que fazemos parte supondo estar parados, como o movimento da terra que não sentimos; outro, o movimento que parte de nós mesmos. Na política são poucos os que têm consciência do primeiro, no entanto esse é, talvez, o único que não é uma pura agitação.”  
(Nabuco, 1999, cap. XV)<sup>1</sup>

### Introdução

O decantado liberalismo da União Democrática Nacional (UDN) não se restringiu à atuação parlamentar ou executiva, mas construiu um amplo conjunto de reflexões sobre o Brasil. Além de principal partido de oposição do interregno 1946-1964, a UDN foi o principal intérprete liberal do período<sup>2</sup>, conjugando a prática política à criação de um fecundo imaginário liberal sobre o país. Pode-se, deste modo, falar na existência de um *udenismo*<sup>3</sup>, estilo de liberalismo brasileiro delineado a partir da complexa interação entre prática e reflexão política.

Deve-se ressaltar, entretanto, que o *udenismo* não se confunde com a UDN, a despeito da profunda vinculação entre o partido e o referido modo de expressão liberal. Ele não somente ultrapassa os órgãos formais do partido, como se faz presente em outras legendas. Não se trata de uma doutrina partidária, mas de certo conjunto de crenças e práticas políticas, que marcou fortemente a atuação e produção intelectual de um partido, mas não somente deste.

Mais que uma ideologia una ou absolutamente coerente, estruturada de modo dedutivo a partir de grandes premissas gerais, o *udenismo* se conforma a partir de muitas faces e perspectivas. Ele comporta diversas tensões e divergências, que atravessam sua relação com a reflexão e a prática política, de modo que a ambiguidade constitui um dos centros do seu modo de atuação. Ambiguidade que passa pelo pragmatismo político, mas também deriva da busca pelo protagonismo em uma esfera política estrategicamente dominada por seus adversários. O presente trabalho almeja, neste sentido, estabelecer algumas distinções internas neste ideário, a partir da determinação de duas formas de *udenismo*.

O critério para a delimitação desta diferença apoia-se em dois vetores: a percepção sobre o conflito e o papel atribuído às elites ante o embate político. Haveria, deste modo, um *udenismo* que chamarei de *pedagógico*, o qual julga negativamente o conflito e atribui às elites o papel de, sobranceiramente, mediá-lo. Seu maior expoente é Afonso Arinos de Melo Franco. Outro estilo *udenista*, o *conflitivo*, insere as elites no enfrentamento

político, toma o confronto com o inimigo como essência do embate político. Carlos Lacerda se destaca como seu principal representante. Ao delimitar as dissonâncias e semelhanças entre estes dois udenismos, o trabalho pretende lançar luz sobre a sorte das interpretações liberais entre 1946 e 1964.

296

### Algumas notas sobre o udenismo

Antes que a delimitação de uma doutrina, o termo udenismo almeja identificar algumas diretrizes que perpassam o discurso da UDN. A autorrepresentação dos agentes e os documentos nos quais a ideologia do partido é proclamada, como programas e manifestos, são, sem dúvida, insuficientes para esgotar a complexidade de um partido político, porém fundamentais para melhor compreender seu significado. A distinção entre teoria e prática política resta, de fato, amplamente despropositada, uma vez que na política o discurso é inseparável da prática, os pronunciamentos são por vezes mais relevantes do que pretensas “ações políticas concretas”, como a proposição e aprovação de projetos de leis. As crenças, representações e mitos são constitutivos do fenômeno político.

A análise do discurso udenista torna-se ainda mais relevante em virtude da ampla produção intelectual de alguns dos seus membros, sempre preocupados em produzir justificativas e reflexões públicas sobre os atos partidários. Característica esta que se vincula à composição do partido, muito representativo nos meios intelectuais da época<sup>4</sup>. Também por esse perfil, os intelectuais do partido sempre buscaram inserir a UDN dentro da história do pensamento político brasileiro, retratando-a como a atualizadora de uma tradição liberal que remete a Teófilo Otoni. A preocupação do partido em atribuir um sentido maior a qualquer ato, em inserir suas condutas em um modo de pensar o Brasil, é evidente.

O mais relevante, porém, é que o udenismo não se confunde com a UDN. O udenismo surge a partir da UDN, e só a partir desta emerge como ideologia identificável, porém seus desdobramentos certamente a ultrapassam. Maria Victoria Benevides ressalta:

O udenismo é entendido como o conjunto de 'ideologias' e práticas políticas que poderiam extrapolar os limites institucionais da UDN (o partido político) mas com ela se identificavam, no reconhecimento público e num circuito simbólico de mútua realimentação. (Benevides, 1981: 147)

As práticas políticas são tão relevantes para sua compreensão quanto as formulações teóricas, uma vez que, mais do que uma doutrina, o udenismo é um modo de atuação política, que pode eventualmente atuar na defesa de posições contraditórias quanto ao conteúdo, mas coerentes em virtude do modo pelo qual são utilizadas. Sua natureza flexível permite atuar tanto no campo nacionalista da Campanha do Petróleo, a criticar o projeto varguista, quanto na defesa do capital estrangeiro, através de renhida disputa contra a ideia de remessa de lucros. As práticas moldam, por vezes, as ideologias, de modo a transmutarem seu aparente sentido. A *ambiguidade*, mais do que eventual consequência, constitui o âmago do ideário. Não se trata das corriqueiras infidelidades ideológicas do jogo eleitoral, ou da ética da responsabilidade que sem dúvida marca a vocação política<sup>5</sup>. Para além da instrumentalização das ideologias, a ambiguidade inerente ao udenismo retrata certo desconforto entre os agentes e a realidade na qual se encontram imersos. A distância entre o dever ser imaginado e uma ontologia que inevitavelmente retorna, muitas vezes personificada em figuras como Vargas, condiciona toda a prática política do udenismo.

Os personagens centrais do partido em inúmeras ocasiões reconhecem a multiplicidade da UDN, em grande parte derivada da sua formação enquanto frente antigetulista, imprecisa como tudo que se constitui pela negação<sup>6</sup>. A distinção entre partido e ideologia permite,

entretanto, afirmar que certas correntes da UDN, como a Bossa Nova, distanciam-se mais da prática udenista do que atores que não se inserem institucionalmente no partido, como é o caso do Partido Libertador, de Raul Pilla. O udenismo, como já dito, não se limita a UDN.

Existem, todavia, distinções dentro do próprio partido, referidas aos modos de *performance* pública dos agentes udenistas. As divergências entre os grupos, entretanto, não se restringiam às teses defendidas, sem dúvida importantes, mas derivavam dos estilos de atuação, do modo de compreender a dinâmica política e nela atuar. Este ponto ajuda a compreender o udenismo, que mais do que uma doutrina é uma maneira de proceder. As filiações não são sempre importantes, ou ao menos não tão importantes quanto a maneira de utilizá-las. Maria Victoria Benevides ressalta:

A diferença entre esses grupos dentro da UDN tinha um caráter mais difuso, de certa forma desvinculado das questões práticas – posições frente à política econômica ou social, por exemplo – quando se referia às características de ‘estilo’, ou seja, aquelas que mais identificavam o ‘udenismo’ tradicional. Já se discutiu a hipótese da UDN como ‘partido das classes médias’. Deve ser lembrado, ainda, que havia outra identificação da UDN – como um ‘partido dos notáveis’, em oposição ao partido de ‘massas’.<sup>7</sup> (Benevides, 1981: 225)

Todavia, a partir da distinção entre partido e ideologia, pode-se seguramente apontar algumas características inerentes ao udenismo, conferindo-lhe certa unicidade, mesmo ante a existência de diversas UDNs. O elitismo, o moralismo, a visão policial da política, o bacharelismo e o golpismo se fazem presentes, em graus distintos, em discursos de representantes de diversas manifestações do udenismo. Não obstante sua clara inspiração nas tradições liberais brasileiras, o udenismo agrega novas questões e afasta outras mais clássicas, produzindo uma ideologia distinta das clivagens mais célebres do pensamento social brasileiro.

A conjugação entre referências liberais e antiliberais, tônica da atuação udenista, não implica nenhum tipo de imprecisão ou infidelidade teórica ao liberalismo. Falar em liberalismos é, por certo, mais preciso, haja vista as diversas visões da referida doutrina. A ambiguidade emerge dos próprios cânones do paradigma liberal, sempre atravessados por aporias até hoje insolúveis. O liberalismo, de modo semelhante a outras ideologias, padece das contradições entre discurso e realidade. A realidade brasileira explicita as ambiguidades liberais de modo ainda mais intenso que as nações centrais<sup>8</sup>, uma vez que a distância das suas condições materiais e históricas de desenvolvimento expõe os meandros da *práxis* liberal.

A ênfase na ilegitimidade das instituições vigentes e na corrupção da representação atravessa o discurso udenista, em clara continuidade do liberalismo da Primeira República, protagonizado por Rui Barbosa, Assis Brasil, entre outros. As referências à qualidade dos homens públicos, argumento também presente no moralismo udenista, é uma das aproximações possíveis entre os momentos históricos distintos. As semelhanças eram muitas, como bem aponta Wanderley Guilherme dos Santos:

Depois da queda de Vargas, em 1945, todos os políticos que se consideravam liberais reuniram-se sob a bandeira da UDN – União Democrática Nacional- cujo programa prático implicava que qualquer governo liberal, tanto no sentido econômico quanto político, deveria apagar os traços da política apoiada por Vargas (...). A agenda política e econômica dos liberais doutrinários, após 1945, não difere basicamente da agenda liberal anterior a 1930, nem os problemas haviam mudado excessivamente (...). Em outras palavras, a causa fundamental dos problemas sociais e econômicos continuava a ser a mesma, isto é, os privilégios concedidos aos políticos corruptos por um sistema enraizado num passado de autoritarismo, corrupção e ilegalidade. (Santos, 1998: 40)

Algo, entretanto, muda no pós-1945, em transformação passível de ser atribuída não apenas ao perfil dos “novos liberais”, mas também à transformação do contexto em que eles se inseriam. Os caminhos para transformar a realidade brasileira emergiam perante seus olhos de um modo até então raro. O autoritarismo instrumental passou a frequentar o vocabulário liberal, compreendido como remédio necessário para superar as mazelas do varguismo. A herança nefasta do Estado Novo demandava remédios mais fortes que os institutos democráticos, corrompidos pela “corja varguista” que tomou conta do Estado brasileiro. A pureza das premissas liberais, referidas a formações sociais não patológicas, era incongruente com o cenário político que então se delineava. Como Wanderley Guilherme dos Santos bem ressalta:

Apenas uma mudança processou-se no pensamento e ação liberais, depois de 1945, mas ela não foi congruente com as premissas do liberalismo. Os liberais do período anterior a 1930, doutrinários que eram, agarravam-se do princípio ao fim à ideologia. Em consequência, exigiam e propunham reformas, mas desejavam que fossem executadas por meios liberais. Já os liberais doutrinários do período posterior a 1945 adotaram uma opinião distinta sobre como ascender ao poder. (...) Desde que faltava legitimidade ao sistema, era perfeitamente correto, e dentro da mais pura tradição liberal, tentar derrubá-lo adotando inclusive meios violentos, se necessário fosse. (...) Este conveniente silogismo transformou a UDN, um partido liberal quanto a sua perspectiva social e econômica e à sua retórica, no mais subversivo partido do sistema político brasileiro de 1945 a 1964. (Santos, 1998: 40).

As especificidades do cenário político brasileiro embaralham a simplicidade esquemática das dicotomias. Enquanto Oliveira Viana, o mais influente dos ibéricos, transige com o moderno para efetivar a tradição<sup>9</sup>, a UDN, principal agente liberal do interregno 1946-1964, recorre ao arcaico a fim de alcançar o moderno. Revelam-se os limites da via americana e suas aproximações com o mundo que ela anunciava combater. Incapaz de construir um léxico para o novo mundo das democracias de massa que então despontava, os liberais se veem obrigados a recorrer aos remédios autoritários que tanto criticavam. O autoritarismo instrumental, justificado pelas circunstâncias, expunha os limites do liberalismo udenista.

O tão propalado golpismo udenista decorre das ressonâncias deste autoritarismo instrumental, que ganha em intensidade com a distância do poder. O ecletismo de meios, entretanto, mais do que um caminho eficaz de manutenção do poder, contribuiu para a incapacidade udenista de nele perpetuar-se. Seja com Café Filho, Jânio ou Castelo Branco, alcançada pelos bastidores ou pelas urnas, a estadia da UDN no poder é sempre fugaz. Os compromissos que a retórica impunha, por menores que fossem, impediam a superação das ambiguidades. A identificação entre Estado e corrupção, assim como as críticas à configuração da representação política nacional, impediam que o partido assumisse com naturalidade o papel de governo. Soava estranho quando um grupo político partidário que se afirmava como crítico e opositor à própria existência dos arquétipos institucionais vigentes buscava neles ingressar. A assunção de um discurso revolucionário, de radical mudança da ordem, também era incompatível com o gosto das elites nacionais pelas mudanças brancas<sup>10</sup>, únicas capazes de manter as massas a uma distância segura. Entre a plena aceitação das instituições democráticas e o temor de assumir em meio à luz do dia suas divergências às regras do jogo democrático, vagava a UDN, incapaz de construir um factível projeto de poder. Maria Victoria Benevides explicita:

Com essa indefinição ideológica evidente – a vergonha de ser ostensivamente autoritária, e o medo de ser inteiramente democrata – a UDN perde sempre o poder quando o alcança. Isso

significa, também, que o irrealismo político da UDN tem, na raiz, a crença de que um regime autoritário será transitório e necessário para a realização da democracia. Em outros termos, a UDN dos liberais acabaria defendendo a intervenção do Estado para “salvar a democracia sem cair no fascismo ou no comunismo. (Benevides, 1981: 134)

299

O impasse, com efeito, não decorre apenas de eventuais erros estratégicos dos atores udenistas. As próprias limitações que a realidade brasileira de então impunha aos liberais, responde pelos descaminhos do ideário. A leitura dos meios de acesso ao poder era perfeitamente efetuada: a aliança entre Vargas, a burguesia industrial e o proletariado não perderia, de fato, nas urnas. Emergia como caminho para a hegemonia da linhagem liberal, que o udenismo representava, estruturar uma oposição ao projeto vitorioso com a Revolução de 1930, o que era, à época, inalcançável.

A questão da progressiva marcha do partido rumo ao autoritarismo instrumental só pode ser compreendida em função do antivarguismo que caracterizava a UDN. Ela retrata, de certo modo, a transformação de Vargas, que de ditador apoiado na burguesia industrial e no Exército passa a ter as massas como fiadoras. Não que sua popularidade entre 1930 e 1945 fosse limitada, mas somente como presidente eleito Getúlio começou a vincular a legitimidade do governo à aprovação do povo. Sabedor da sua impopularidade entre grande parte das elites econômicas, da grande mídia e de muitos setores do Exército, Getúlio vê na plebe a única maneira de resistir às investidas da oposição<sup>11</sup>. Uma série de medidas direcionadas à melhora das condições de trabalho e salário, além de um discurso mais direcionado às classes populares são os instrumentos dessa guinada. Se a maioria das políticas sociais e de criação de direitos se origina no interregno estadonovista, apenas agora a tomada de lado de Getúlio é clara. A UDN, portanto, com sua coesão garantida através do antivarguismo, marcha rumo ao papel de oposição conservadora, uma vez que no campo popular a competição com Vargas se mostrava cada vez mais árdua. João Almino assevera:

Dois anos depois, falando ao Congresso, Vargas dirá que sua queda não se devia à questão da democracia, mas à questão nacional. Na realidade, Vargas tem razão. Não por ter sido esta a questão que criou um conflito básico que tenha levado à queda; mas porque indiretamente foi a partir desta questão, com a aprovação da “Lei Malaia” e as discussões que se seguiram, que se realizou a nova rearticulação política de Vargas, que, trazendo ao cenário ativo a classe trabalhadora, fazia tremer aqueles que primeiro haviam proposto a abertura do regime, **os liberais identificados com a burguesia, desejosos de realizar a democratização pelo alto e sem a participação popular.** (Almino, 1980: 64, grifo nosso).

A opção de Vargas também não deve ser retratada como exemplo de pureza ideológica. Uma maior proximidade dos oposicionistas, inclusive da UDN, foi por ele tentada, no momento da definição do candidato do acordo interpartidário, em 1949<sup>12</sup>. Somente após perceber a impossibilidade de uma composição elitista, nos moldes da década de 1930, é que a aliança com as forças populares aparece para Vargas como opção primordial.

Restava aos liberais o caminho de uma oposição de fundo mais ideológico, não preocupada com a imediata conquista do poder. Projeto que foi sumariamente derrotado no partido com a decisão do apoio ao governo Dutra em 1946, capitaneada pelo grupo de Otávio Mangabeira<sup>13</sup> em detrimento dos partidários de Virgílio de Melo Franco<sup>14</sup>. A linha de corte mais pragmático passou a vigorar no partido, com Virgílio se retirando do cargo de Secretário Geral e levando com ele, rumo ao ocaso, a ideia de uma oposição programática liberal.<sup>15</sup>

A anomalia brasileira, tal como vista pelos olhos udenistas, os levou a optarem por meios diversos, mais próximos da tradição autoritária. A livre atuação da sociedade precisava livrar-se do Estado para vigorar, e tal processo não decorreria da prática, do costume de autogoverno, mas da alteração imediata dos detentores do poder. Os autoproclamados “luzias” da UDN, o partido que revivia Teófilo Otoni e o 7 de abril, concebiam o Brasil mais próximo à moda saquarema”, com o autoritarismo a emergir como etapa para a concretização liberal. O cenário vislumbrado pelo udenismo encontra-se delineado. Vargas e o varguismo figuravam como obstáculo à ordem liberal enquanto meio e fim, sendo sua remoção pela força o único meio de concretização do moderno. As normas não tinham plena vigência, haja vista a desordem reinante.

300

O udenismo, compreendido enquanto vertente do liberalismo brasileiro, constituía uma ideologia de constante contestação à ordem, percebida como ilegítima. Vício esse decorrente da inaptidão das massas para o sufrágio direto, que os levava a escolher os menos adequados às funções de governo, em detrimento daqueles que, por tradição e caráter, eram naturalmente voltados para o exercício do poder, os udenistas. Ante um governo ilegítimo, legítimas eram todas as ações destinadas a derrubá-lo e desestabilizá-lo. A superioridade das tradicionais elites as permitia vislumbrar os desvios praticados pelo povo, que por sua inerente miopia era incapaz de percebê-los.

Todo o litígio passava pelo valor atribuído à realidade, derivado da concepção de ordem delineada pelo referido ideário. A visão policial da dinâmica política, compreendida como ordenação eficaz dos atores, era comum aos dois grupos<sup>16</sup>. O problema estava na ordem em que deveria vigorar, como seria mais bem determinada a interação política. A tônica na anarquia reinante, tão presente no discurso udenista, não decorria da ausência de uma ordenação policial da sociedade brasileira, mas simplesmente da vigência de outra ordem, distinta da almejada. A desordem denunciada nada mais era do que ordem de outrem, de Vargas. Disposição que já foi conveniente nos tumultuados anos 1930, mas que agora, com a excessiva participação das camadas populares, não mais constituía uma solução aceitável.

### **Arinos e Lacerda: dois estilos do udenismo**

Amplas teses exigem, comumente, certa desatenção ao detalhe, pecado necessário para que as percepções de conjunto não sejam perdidas em meio à complexidade infundável da minúcia. Não é simples, entretanto, alcançar a medida adequada das generalizações, uma vez que o exagero nas tintas pode prejudicar a própria tese em construção.

A delimitação de ideários ou ideologias, sejam elas o liberalismo, o comunismo ou o udenismo, importa o exercício intelectual inicialmente descrito, reduz, em última análise, pensadores singulares a rótulos. Os modos de fazê-lo são inúmeros e devem, se preocupados com a complexidade intelectual, lembrar constantemente o leitor de que jaz, para além das categorias gerais trabalhadas, um mundo de particularidades. Ao abordar a categoria de udenismo, enquadrando-a na tradição do pensamento político brasileiro, o presente trabalho secunda inúmeras particularidades de cada um dos seus agentes. O lembrete ao leitor, mesmo se óbvio, se faz necessário. Pode-se certamente falar de udenismos, de distintas manifestações deste estilo de pensamento, de modo que os pensadores a ele vinculados possam guardar divergências e adesões distintas em relação a características do udenismo já expostas, embora todos possam ser a ele remetidos. A ideologia define-se de tal modo que não pode ser absolutamente identificada com nenhuma dessas figuras, mas retrata, parcialmente, todas. O udenismo é uma construção vinculada aos diversos discursos de seus membros, mas distinta de

cada um deles, uma vez que capta o comum, as semelhanças, não as divergências. Como manifestações extremas deste ideário emergem dois nomes: Afonso Arinos de Melo Franco e Carlos Lacerda.

301

Uma primeira distinção se impõe. A política é, para Lacerda, concebida apenas como prática, sempre vinculada com sua atuação como ator político. Ele não procura, em nenhum momento, atuar como teórico político, pensando a política para além da sua inserção na dinâmica estatal-partidária. Afonso Arinos, por sua vez, foi um dos mais relevantes pensadores políticos brasileiros, possuindo uma sólida obra de história política, teoria política e direito constitucional. Tal diferença nunca pode ser olvidada na análise da literatura política de cada autor, sendo fundamental para a definição das duas perspectivas. De outro modo, porém, não se deve utilizá-la como causa última de todas as distinções, já que as diferenças suplantam a mera distância de origens.

A oposição entre a postura mais idealista de Afonso Arinos e o pragmatismo de Lacerda recai na citada divergência, mas a ela não se restringe. Eles representam tradições distintas e modos díspares de atuação política. Arinos vem de uma tradicional família de políticos mineiros. Seu pai, Afrânio de Melo Franco, foi ministro de Vargas, e seu avô, Cesário Alvim, presidente de província no Império. Toda sua vida política se remete a essa tradição, como bem o demonstra a dedicação despendida à “nabuquiiana” biografia de seu pai<sup>17</sup>. Ele representa uma tradição de bacharéis<sup>18</sup>, de modo que o ingresso na política emerge quase como uma vocação de família. Fernando Lattman-Weltman destaca:

Com efeito, é frequente nas memórias a explicitação, por Arinos, do caráter de certo modo exterior e exteriormente imposto que a carreira política tinha — ou teve, ou acabou tendo — para ele. Descendente de uma árvore genealógica repleta de políticos, Arinos muitas vezes se referiu à prática política como uma espécie de encargo ou dever que a ele fora incumbido, como herança de seus antepassados e, mais especificamente, de seu pai.

(Lattman-Weltman, 2005: 21)

A vida pública também caracteriza a família de Lacerda, com seu avô, Sebastião Lacerda, antigo ministro do Supremo Tribunal Federal, e seu pai, Maurício de Lacerda, tendo atuado como deputado, vereador, diplomata e agitador político. A história familiar não o condiciona, todavia, como a Arinos. A carreira política é influenciada pelo meio no qual viveu, mas as referências ao passado, às tradições políticas brasileiras, não atuam do mesmo modo. A tradição dos Lacerda não opera por acumulação, como a dos Melo Franco, mas por rupturas, seja a do pai em relação ao avô, ou a do próprio autor em face da tradição esquerdista do seu pai e de seus tios. Após abandonar o direito, Lacerda ganha notoriedade por sua virulência como jornalista, no “Correio da Manhã”, na “Tribuna de Imprensa” e, depois, em seu próprio jornal, “A Última Hora”<sup>19</sup>.

Arinos e Lacerda condensam, de certo modo, dois tipos clássicos da UDN. Arinos é talvez o maior representante dos liberais históricos da legenda, agregando os requisitos retóricos, genéticos e intelectuais da ala ilustre da UDN, daqueles homens que justificavam o título de partido dos notáveis. Lacerda, por sua vez, se afasta do bacharelismo de tais figuras. Ele era mais próximo do pragmatismo de Otávio Mangabeira, crítico dos legalismos revolucionários que caracterizavam os bacharéis<sup>20</sup>. A performance política imergia na agressividade, sem meias palavras ou tergiversações, como resultado da gestação de um modo de expressão político próprio. O *lacerdismo* emerge como corrente autônoma no seio da UDN, sempre amparado em sua base social no Distrito Federal e vinculado ao carisma pessoal do seu líder<sup>21</sup>.

A distância entre os dois não se vinculava, todavia, apenas ao estilo de atuação ou a idiossincrasias retóricas: o conteúdo das ideias é também diverso. Embora as teses do udenismo possam ser a ambos remetidas, com o elitismo e o moralismo muito presentes, os fins políticos e o conceito de política dos dois é diverso. Situar ideologicamente Lacerda é bem difícil, uma vez que, como já dito, suas ideias respondem todo o tempo a obstáculos práticos. Não resta dúvida, entretanto, que os discursos e textos de Lacerda ganham tons mais fortes do que um mero autoritarismo instrumental. Ele não se restringia à atuação saneadora de um regime de exceção, etapa necessária para a consolidação democrática posterior. Há algo de ideologicamente autoritário nas ideias de Lacerda, em que pese sua retórica liberal-democrata. A própria democracia sempre aparece submissa a uma pedagogia, em moldes antiliberais. Guita Grin Debert destaca: “Assim, no momento em que a liberdade aparece com um direito quase natural dos povos, a democracia é vista como algo que só pode ser atingido através da educação do povo.” (Debert, 1979: 118). A tolerância é requisito do governante virtuoso, mas ele deve proceder como um árbitro, distinguindo as situações em que o mal é pleno e ameaça, efetivamente, o interesse nacional. O interesse nacional é vislumbrado precisamente pelo homem público, para além dos conflitos de superfície da política.

A defesa da democracia é um indício, não uma evidência da existência de concepções igualitárias, haja vista que notórios autoritários ideológicos, como Francisco Campos, almejavam a construção de uma ordem dita democrática. A questão a ser respondida é: qual democracia? Se a resposta se vincula à pedagogia estatal, marcada atuação judicante do líder carismático, que define o certo e o errado, as concepções autoritárias estão sem dúvida presentes.

O discurso da exceção se manifesta. Um estado de normalidade é necessário para a vigência das normas, uma vez desestabilizadas as condições padrão, para as quais a lei foi construída, não vige a regra, mas a exceção. A oposição à realização das eleições em 1955 é uma das manifestações deste discurso, central aos argumentos lacerdistas de então, sempre vociferando contra as instituições existentes em virtude das subversões e descaminhos causados pela ordem varguista. Ante a corrupção presente em todas as instituições públicas, só cabia à oposição o não reconhecimento da legitimidade do sistema. As próprias palavras de Lacerda ilustram precisamente esse ponto:

Foi aí que eu comecei a defender a tese que me valeu o título de golpista e até de fascista (...) Eu dizia que era necessário não só uma reforma da lei eleitoral mas uma reforma profunda no país, e que estas reformas, além de necessárias, ainda teriam a vantagem de dar um tempo para desintoxicar o Brasil, que vinha de vários anos de ditadura, vários anos de demagogia, de vários anos de propaganda pessoal de um mito. Convocar eleições para o ano seguinte só porque estavam marcadas, era na minha opinião um erro gravíssimo, que consistia em levar um povo traumatizado por um drama daquela ordem a tomar uma decisão que não tomaria em um tempo normal. Portanto, longe de ser um ato democrático, era profundamente totalitário, esse ato de levar um povo, não pela razão, mas pela força de uma emoção incoerciva, a tomar uma decisão contra si mesmo, decisão que não tomaria se estivesse em condições normais de raciocinar. (Lacerda, 1977:147-148)

As massas encontram-se sempre sob o signo da inconstância e passionalidade, incapazes de escolher os caminhos mais adequados aos seus próprios interesses. Sem as elites esclarecidas e fortes no poder, a conduzirem o povo com suas virtudes e consciência, os males da desordem se farão inevitavelmente presentes. Segundo Lacerda, em discurso publicado no Correio da Manhã:

... nada é mais contrário à verdade e aos interesses do povo do que negar a necessidade e o valor de uma elite esclarecida, capaz de atender à recomendação de Rousseau: aprenda o ignorante com o sábio e o sábio com o ignorante. Uma elite que sinta, viva e lúcida, a presença do povo em seus pensamento, é indispensável a todo propósito progressista. Isto, que é um lugar-comum, precisa ser agora dito, pois que tantos intelectuais esquecem e se submetem, sem meditar nas consequências da sua subordinação total à ação partidária, seja ela qual for.<sup>22</sup> (Lacerda, 2000: 35)

As elites não devem operar, todavia, pela composição dos diversos interesses, mas através da imposição do que seria o mais adequado. O esforço de arbitrar e contemporizar facções diversas, tão presente no modo varguista de governar, não encontra lugar aqui, onde o Estado impõe e concretiza o moderno a partir da sua força. As massas para Lacerda ocupam papel semelhante ao *povo autor* de Hobbes, representado apenas formalmente pelo *soberano ator*, sem que suas opiniões tenham qualquer caráter impositivo<sup>23</sup>. A população limita-se aos “pensamentos” do governante, ao modo como ele a interpreta, pouco importantes suas efetivas volições. Inconsciente dos seus próprios benefícios, é bom para as massas que o governante as ignore em momentos mais críticos, em necessária subversão da sua vontade licitamente expressa. Por isso Lacerda nunca titubeou em pugnar contra governos eleitos, como na véspera da eleição de Juscelino e João Goulart, quando escreveu na Tribuna de Imprensa: “Esses homens não podem tomar posse, não devem tomar posse, não tomarão posse.” (Lacerda, 09/11/1955)

Arinos, por sua vez, se vinculava a outra perspectiva<sup>24</sup>. Entusiasta de um liberalismo conservador, que não se afastava da tradição, ele não se aproximava de qualquer ranço autoritário ideológico. O melhor regime derivaria da síntese entre progresso e tradição, entre ordem e movimento, na melhor receita do liberalismo conservador do Império. As próprias referências a figuras como Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Bonifácio demonstram tal vínculo. O autor destaca:

Uma idéia falsa, mas corrente entre os fanáticos e os que lhe são submissos, é a de que a moderação se confunde com tibieza, abandono, ceticismo ou capitulação. Nada mais errado. Líder partidário moderado tive, muitas vezes, de enfrentar esta errônea suposição. Inclusive, a moderação racional não exclui exaltação e mesmo violência temperamental. O velho Bonifácio era um exaltado de temperamento, às vezes um violento, mas, racionalmente, politicamente, um moderado. Toda a sua ação é prova disso, e se ela conseguiu o êxito que teve foi porque soube se manter sempre na linha moderada, entre os extremismos radicais do seu tempo. O mesmo se pode dizer de outro grande homem do nosso passado, Bernardo de Vasconcelos. A moderação é, frequentemente, prova de força da alma. O radicalismo, ao contrário, pode denotar debilidade histórica e descontrolo da vontade. (Franco, 2005: 43)

O liberalismo não se opõe à tradição, mas a completa. Como bem ressalta Lattman-Weltman:

Com efeito, mesmo quando nos fala progresso, em esclarecimento e em ‘típico liberalismo’, Arinos em momento algum opõe essas entidades ao cultivo de bons hábitos, princípios e procedimentos de caráter tradicional. Nada mais distante do ‘seu’ liberalismo e do seu individualismo do que qualquer forma de racionalismo radical e iconoclasta, qualquer forma de materialismo, de mecanicismo, pura física social, ‘mãos invisíveis’, ou produção de virtudes públicas a partir do exercício de vícios privados. (Lattman-Weltman, 2005: 42)

O liberalismo<sup>25</sup> é manifesto nas construções de Arinos, percebida a tradição como etapa necessária ao moderno. A dialética entre ordem e movimento, anteriormente tratada, retrata bem sua concepção de política, avessa ao dissenso, mal maior a ser evitado. Os

extremismos da ordem são também nocivos, pois não se trata de um reacionarismo, mas do espírito conservador, o qual necessita de certa mudança para perdurar. O movimento, por sua vez, ignora as contribuições que os melhores, as elites repletas de estadistas, sempre proporcionaram, cego em seu radicalismo. A fundamental composição entre essas duas correntes, requisito para uma política estável, figura como tema central da obra política de Arinos, principalmente após a morte de Vargas. A premência da ruptura, que viria em 1964, é antevista por Arinos, o qual em tom de aviso ressalta que as esquerdas serão as maiores prejudicadas: “Quanto à esquerda, ela também deve estar interessada, porque a radicalização, se pode levar à anarquia, pode também levar à ditadura, e a ditadura será o estrangulamento das esquerdas, principalmente das esquerdas não-comunistas.” (Franco, 2005: 69)

As rupturas eram defendidas somente quando estritamente necessárias, como ante os dois Vargas, em 1945 e 1954, ou em face da excessiva radicalização das vésperas de 1964. O autoritarismo, quando emergia, fazia jus ao adjetivo “instrumental”. Arinos encarnava com perfeição o desassombro dos liberais tradicionais ante o novo Brasil que emergia. Ele, todavia, não negava o seu tempo, mas buscava uma solução por cima, como as muitas que a antecederam. A saída desejável conjugaria ordem e movimento, propondo nova forma à empreitada varguista da década de 1930. Quando impossível tal recurso, emergia o golpe como única possibilidade.

O progressivo fortalecimento de Lacerda na UDN decorre do acúmulo de fracassos eleitorais e da dificuldade dos liberais históricos em meio à nova ordem da política de massas. O liberalismo de figuras como Arinos e Milton Campos não conseguia mobilizar as massas urbanas, elemento de importância crescente no pós-1945, incapaz de responder às demandas políticas da sua época, que reclamava outro papel dos partidos, dos políticos e do Estado. O papel mediador das elites e a ideia do governante *estadista*<sup>26</sup> não se adequavam aos ditames da nova conjuntura, que reclamava uma política que ultrapassasse os muros dos palácios e parlamentos.

Lacerda, mesmo com seu pouco apreço à democracia, compreendia melhor sua época e destacava-se no contato com as massas que irremediavelmente irrompiam na cena política. Extremamente hábil na utilização dos meios de comunicação mais influentes da época — os jornais, rádios e revistas semanais<sup>27</sup> — o político carioca via a cada eleição sua popularidade crescer, em parte por seus dotes de comunicador, mas também por expressar as crenças de uma elite e classe média conservadoras<sup>28</sup>, temerosas da ascensão de segmentos sociais até então ausentes da política institucional. As ideias lacerdistas sobre a minoridade do povo e sua performance política autoritária delineavam à perfeição a figura de um líder capaz de se contrapor à ascensão das forças varguistas no campo até então por elas dominado: a política das massas.

### **Considerações finais — dois tempos da política**

Os produtos humanos, na visão de Arinos, não encontram seu sentido no presente, mas são apenas compreensíveis quando percebido seu sentido mais longo e duradouro, uma vez determinada sua relação, seja essa harmoniosa ou agônica, com a tradição. O tempo não é retratado como simples consequência das ações humanas, mas constitui-se a despeito delas, de forma que as antecede e conforma a seu sentido mais profundo. Como na citação de Nabuco, sem dúvida uma das maiores influências de Arinos, que serve de epígrafe para o presente artigo, há que se atentar para o movimento do qual “fazemos parte supondo estar parados, como o movimento da terra que não sentimos”. (Nabuco, 1999: 118)

Lacerda, por sua vez, concebe a política por meio da segunda tipologia elencada por Nabuco, entusiasta do “movimento que parte de nós mesmos” (Nabuco, 1999: 118), cultor da política compreendida como ação. Em termos francamente schmittianos, o campo político organizava-se a partir da clivagem entre amigo e inimigo<sup>29</sup>, compreensível apenas a partir do momento criador da ação política. O recurso a um léxico reacionário, que o aproximavam de certos setores das forças armadas, especialmente da Aeronáutica, e de significativa parte das classes médias urbanas, não recaía na busca por idílico passado, mas propunha a reconstrução da sociedade a partir da ação política virtuosa. O mundo seria passível de plena reconfiguração em caso de sucesso do líder apto, capaz de refundar o real a partir do agir.

Se explicações restritas à razão instrumental acabam por simplificar a complexidade do fenômeno udenista, não resta dúvida de que alguns momentos do período podem ser adequadamente expostos a partir da referida tipologia. Nesse sentido, ninguém melhor que Lacerda se aproxima do agir calculado, que a despeito das antigas filiações, toma os dados do presente como motivos fundamentais para suas escolhas. Liberalismo que não se envergonha em recorrer a meios não liberais para alcançar fins desejados.

A postura favorável a alguns golpismos de ocasião por certo aproxima Arinos das veredas de Lacerda, como 1954 e 1964 bem demonstram. Não há dúvida, entretanto, de que sua adesão às saídas externas à legalidade não surgiam em seu repertório com a mesma naturalidade exibida pelo político carioca. Tratava-se de solução excepcional, restrita aos momentos em que os partidários do movimento ameaçavam destruir as longevas construções dos entusiastas da ordem. A reincidência de tal diagnóstico ao longo da república de 1946 diz, sem dúvida, algo sobre a conjuntura do período, assim como levanta questões caras à tradição liberal brasileira, que tem em Arinos dileto membro. Cabe indagar, do mesmo modo, que contexto era aquele, que aproximava homens tão distintos quanto Arinos e Lacerda. Isso, todavia, já é assunto para outras investigações.

(Recebido para publicação em janeiro de 2013)

(Reapresentado em abril de 2013)

(Aprovado para publicação em maio de 2013)

### Cite este artigo

CHALOUB, Jorge. Dois liberalismos na UDN: Afonso Arinos e Lacerda entre o consenso e o conflito. *Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e) anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ)*. Rio de Janeiro, nº 6, pp. 294-311, Julho 2013. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

### Notas

1. Agradeço ao amigo Felipe Maia pelas conversas sobre o tema e pela lembrança da citação.

2. SANTOS, Wanderley Guilherme. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

3. O termo é de autoria de BENEVIDES, Maria Victoria. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981. 306
4. Sobre o perfil dos membros da UDN, em comparação com os membros do PSD, maior partido do interregno 1946-1964, ver: MICELI, Sergio. *Carne e osso da elite política brasileira pós-1930*. In: *História Geral da Civilização brasileira, volume X*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006
5. WEBER, Max. *A Política como Vocação*. São Paulo : Cultrix, 1999.
6. Afonso Arinos assim retrata a divisão do partido: “A divisão da UDN não é somente uma questão de lideranças. Corresponde a causas mais sérias. Ela está dividida entre os que querem por o legalismo a serviço da reação e os que desejam colocá-lo a serviço do progresso.” (FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Evolução da Crise Brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, pág. 64). Lacerda, por sua vez, destaca: “... os comícios da UDN eram extremamente fatigantes, porque no Partido não havia unidade, e sim facções e correntes, e cada corrente tinha que ter um orador. Os comícios por isso mesmo eram extremamente cansativos; às vezes apareciam 20 oradores...” (LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, pág. 91)
7. Sobre a vinculação da UDN com as classes médias, ver: SOARES, Gláucio A. D. *As bases ideológicas do lacerdismo*. Revista *Civilização Brasileira*, 4, 1965.
8. Sobre o tema ver: SCHWARZ, Roberto. *As idéias fora do lugar*. In: *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro / 4. ed.* São Paulo: Duas Cidades, 1992.
9. Ver VIANNA. Luiz Werneck. *Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos*. In. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
10. Afonso Arinos de Melo Franco fala em uma “tradição mundialmente louvada das mudanças brancas” (FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Evolução da Crise Brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, pág. 61).
11. Tal ponto é muito bem argumentado por ALMINO, João. *Os Democratas Autoritários: liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946*. São Paulo: Brasiliense, 1980. Quanto ao período, é também interessante consultar: D'ARAUJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992, GUIMARAES, Cesar. *Vargas e Kubitschek: A Longa Distância entre a Petrobrás e Brasília*. In: Maria Alice Rezende de Carvalho (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007 e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo – 1945-1964*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
12. Vargas propôs alguns nomes de consenso como alternativas a Dutra e Eduardo Gomes, como Cordeiro de Farias, Góes Monteiro e João Alberto.

13. Político e engenheiro baiano, foi uma dos principais opositores a Vargas, desde a época do Estado Novo, durante a qual esteve exilado. Foi Governador da Bahia (1947-1951), presidente da UDN (1946-1948), Senador (1960) e cumpriu mais de um mandato de deputado federal (o primeiro ainda na 1ª República, em 1926). Fonte : Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

307

14. Político e advogado mineiro, teve atuação pública desde o final da década de 1910, quando atuou como chefe de gabinete do seu pai, Afrânio de Melo Franco, no Ministério das Relações Exteriores. Foi deputado estadual (1922), deputado federal (1933) e participou ativamente da fundação da UDN, tendo assinado o Manifesto dos Mineiros e presidido o diretório de Minas Gerais. Sua trajetória política possui grandes oscilações, com aproximações e dissensos com Vargas, e atos políticos que incluíram flertes com a quase comunista Aliança Libertadora Nacional ( ALN) e a facista Legião de Outubro. Morto em 1948, Virgílio escreveu dois importantes relatos sobre a vida política brasileira pós-1930: *Outubro, 1930* e *A Campanha da UDN de 1945*. Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

15. *Ibidem* e DULCI, Otávio. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

16. Sobre este conceito de polícia ver: RANCIERE, Jacques. *O Desentendimento*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

17. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um Estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977. As referências a Nabuco se fazem presentes nos mais diversos aspectos da obra, inspirado na biografia de Joaquim Nabuco sobre seu pai: *Um estadista do Imperio : Nabuco de Araujo : sua vida, suas opiniões, sua época*. Para além da clara referência no título, o esforço de justificar sua própria atuação política a partir dos seus vínculos com uma tradição — política e familiar — mais longa, é claro nos dois livros.

18. O termo bacharel é aqui utilizado em seu registro ordinário, não segundo a dicotomia bacharel e jurista estabelecida pelo próprio Arinos.

19. Os dados biográficos de Lacerda são retirados de: DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: A vida de um lutador*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

20. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

21. SOARES, Gláucio A. D. *As bases ideológicas do Lacerdismo*. Revista Civilização Brasileira, 4, 1965.

22. O texto foi também publicado no *Correio da Manhã*, 06/01/1946.

23. HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil* / 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

24. A vasta obra de Arinos guarda um grande número de mudanças e inflexões, como o próprio autor ressalta. Deste modo, versando o trabalho sobre o udenismo, interessa sobretudo a produção Arinos como membro da UDN, a qual se estende entre 1947 e 1965. Cabe destacar que o próprio Arinos se afastava de sua obra de juventude, criticando livros como *O conceito de civilização brasileira* em muitos momentos. 308
25. VIANNA, Luis Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
26. Por *estadista* entenda-se o modo pelo qual Arinos entende o termo, o qual já foi anteriormente explicado.
27. LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Luperj/Revan, 1999, cap. 6.
28. Sobre a origem social dos votos de Lacerda na Guanabara ver: SOARES, Gláucio A. D. *As bases ideológicas do Lacerdismo*. Revista Civilização Brasileira, 4, 1965.
29. SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

### Bibliografia

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- ALMINO, João. *Os Democratas Autoritários: liberdades individuais, de associação política e sindical na constituinte de 1946*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BALEEIRO, Aliomar. *Alguns Andaimas da Constituição*. Rio de Janeiro: Principal, 1949.
- BENEVIDES, Maria Victoria. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- \_\_\_\_\_. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961 / 2. ed.* — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- \_\_\_\_\_. *O Governo Jânio Quadros*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1999.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- BRANDAO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A esquerda positiva*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CAFÉ FILHO, João. *Do Sindicato ao Catete (memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
- CAMPOS, Milton. *Compromisso Democrático*. Belo Horizonte: Secretaria de Educação de Minas Gerais, 1951.

- \_\_\_\_\_. *Testemunhos e ensinamentos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972. 309
- CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- CAVALCANTI, Berenice. *Passaporte para o futuro: Afonso Arinos de Melo Franco, um ensaísta da república*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.
- CONSTANT, Benjamin. *Princípios da Política aplicáveis a todos os governos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo: A. de Barros, M. Arraes, C. Lacerda, L. Brizola*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB do Getulismo ao Reformismo – 1945-1964*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- DULCI, Otávio. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1986.
- DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A Evolução da crise brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- \_\_\_\_\_. *A Alma do Tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- \_\_\_\_\_. *A Escalada*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- \_\_\_\_\_. *Planalto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Estudos e Discursos*. São Paulo: Editora Comercial: 1961.
- \_\_\_\_\_. *Um estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu tempo)*. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.
- \_\_\_\_\_. CAMARGO, Aspásia; MARIANI, Maria Clara.; TEIXEIRA, Maria Tereza. *O intelectual e o político : encontros com Afonso Arinos*. Brasília: Senado Federal: Dom Quixote; Rio de Janeiro: CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- FRANCO, Virgílio de Melo. *A campanha da UDN (1945-1946)*. Rio de Janeiro: Valverde, 1946.
- \_\_\_\_\_. *Sob o Signo da Resistência*. Rio de Janeiro: Valverde, 1947.
- GRINBERG, Lucia. *Partido Político ou Bode Expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979*. São Paulo: Mauad, 2009.
- GUIMARÃES, Cesar. *Vargas e Kubitschek: A Longa Distância entre a Petrobrás e Brasília*. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *República no Catete* (org.). Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007.
- HIPPOLITO, Lucia. *PSD: De raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1984.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil* /. 2. ed. – São Paulo: Abril Cultural, 1979.

- KRIEGER, Daniel. *Desde as missões... Saudades, Lutas, Esperanças*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. 310
- JAGUARIBE, Hélio. *O Moralismo e a alienação da classe média* In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). *O pensamento nacionalista e os "Cadernos do Nosso Tempo*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1981.
- JARDIN, Andre. *Histoire du liberalisme politique: de la crise de l'absolutisme a la constitution de 1875*. Paris : Hachette, 1985.
- LACERDA, Carlos. *Na Tribuna da Imprensa: Crônicas da Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Discursos Parlamentares*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977
- \_\_\_\_\_. *Crítica e autocrítica*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1966.
- \_\_\_\_\_. *O Poder das Idéias*. Rio de Janeiro: Record, 1963.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A Política Domesticada: Afonso Arinos e o Colapso da Democracia em 1964*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- MANGABEIRA, Otávio. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.
- MERQUIOR, Jose Guilherme. *O liberalismo: antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- MICELI, Sérgio. *Carne e osso da elite política brasileira pós-1930*. In: *História Geral da Civilização brasileira*, volume X. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979.
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980*. In: *Revolução de 30: seminário internacional realizado pelo CPDOC/FGV*. Brasília: Ed. UNB, 1982, pp. 527-548.
- RANCIERE, Jacques. *O Desentendimento*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social brasileiro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Paradoxos do liberalismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Vertice, IUPERJ, 1988.
- SCHMITT, Carl. *O Conceito do Político*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

- SOARES, Gláucio A. D. As Bases ideológicas do Lacerdismo. Revista Civilização Brasileira, 1965, vol.4. 311
- \_\_\_\_\_. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Dofel, 1973.
- TAVORA, Juarez. *Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.
- URUGUAI, Paulino José Soares de Souza; CARVALHO, José Murilo de. Visconde do Uruguai. São Paulo: Editora 34, 2002.
- VIANNA, Luis Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1999.